
Babilônia Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Babilônia Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Babilônia Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Babilônia Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

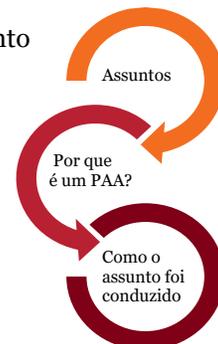
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Babilônia Holding S.A. e da Babilônia Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas Notas 1.1, 5 e 20 às demonstrações financeiras, a receita das controladas da Companhia advém do suprimento de energia elétrica decorrente de venda de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER). O correspondente contrato firmado estabelece metodologia de apuração de uma denominada Conta de Energia e, nessa apuração, estão previstas faixas de geração que podem ocasionar ressarcimentos ou receitas variáveis excedentes. Dessa forma, o processamento incorreto de dados ou informações podem gerar distorções no reconhecimento da receita no período. Sendo assim, esse assunto foi considerado como o principal assunto de nossa auditoria.

Para responder a este principal assunto de auditoria, os nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) testes sobre a ocorrência, integridade e acuracidade das receitas reconhecidas pelas controladas, considerando a metodologia de apuração da Conta de Energia e as correspondentes faixas de geração; (b) verificação, em base de testes, da consistência dos valores contábeis apurados com os dados dos controles de captura da energia gerada no período; (c) confronto, em base de testes, dos valores apurados com as faturas emitidas; (d) teste de recebimentos subsequentes das faturas emitidas; e (e) leitura das divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que o reconhecimento da receita é suportado por controles de captura e processamento dos dados desenvolvidos para seguir a metodologia de apuração da Conta de Energia e que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as informações obtidas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Babilônia Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Babilônia Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Valdir Renato Coscodai'.

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	20	-	-	142.063	14.680
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	20	-	-	(6.076)	(3.141)
		-	-	(6.076)	(3.141)
Custo de operação	21	-	-	(17.979)	(3.572)
Materiais e serviços de terceiros		-	-	(29.335)	(2.436)
Depreciações e amortizações		-	-	(3.693)	(372)
Outros custos de operação		-	-	(51.007)	(6.380)
		-	-	(57.083)	(9.521)
Lucro bruto		-	-	84.980	5.159
Despesas e Receitas	21	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas		(438)	(73)	(1.884)	(330)
Outras Despesas e Receitas operacionais		-	-	-	(111)
		(438)	(73)	(1.884)	(441)
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias		(438)	(73)	83.096	4.718
Resultado das participações societárias		25.938	(1.439)	-	-
Receitas financeiras	22	275	5	813	32
Despesas financeiras	22	(2.516)	(1)	(56.045)	(4.771)
Resultado financeiro		23.259	4	(55.232)	(4.739)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		23.259	(1.508)	27.864	(21)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	-	(4.605)	(1.487)
Resultado líquido do exercício		23.259	(1.508)	23.259	(1.508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado líquido do exercício	23.259	(1.508)	23.259	(1.508)
Outros resultados abrangentes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	23.259	(1.508)	23.259	(1.508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Lucro/Prejuízo acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (não auditado)	<u>146.925</u>	<u>35.122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(599)</u>	<u>181.448</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.508)	(1.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>146.925</u>	<u>35.122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.107)</u>	<u>179.940</u>
Aumento de capital	35.122	(35.122)	-	-	-	-
Destinação do lucro	-	-	-	-	23.259	23.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(1.057)	-
Reserva legal	-	-	1.057	-	(5.024)	(5.024)
Distribuição de dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(15.071)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	15.071	(15.071)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>182.047</u>	<u>-</u>	<u>1.057</u>	<u>15.071</u>	<u>-</u>	<u>198.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	23.259	(1.508)	27.864	(21)
Resultado das participações societárias	(25.938)	1.439	-	-
Depreciação	-	-	29.335	2.436
Encargos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.435	-	55.335	4.634
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	-	-	-	(15)
Juros provisão para desmantelamento	-	-	305	25
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada (nota 8 e 20)	-	-	(941)	11.892
	<u>(244)</u>	<u>(69)</u>	<u>111.898</u>	<u>18.951</u>
Varição em:				
Concessionárias	-	-	(966)	(23.498)
Impostos a compensar	(14)	(1)	143	(100)
Despesas pagas antecipadamente	(1)	-	(420)	(5)
Outros créditos	1.000	(1.000)	623	(802)
Fornecedores	(4)	6	(75.464)	(16.115)
Outros impostos a pagar	(1)	1	(121)	(427)
Outras contas a pagar	-	-	(12.511)	7.246
	<u>736</u>	<u>(1.063)</u>	<u>23.182</u>	<u>(14.750)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Juros pagos	(1.421)	-	(30.976)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.796)	(231)
	<u>(685)</u>	<u>(1.063)</u>	<u>(11.590)</u>	<u>(14.981)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(37.007)	-	-
Aumento de capital em controladas	(40.630)	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(34.185)	-
Adições ao imobilizado	-	-	(5.716)	(452.830)
Baixa de imobilizado	-	-	5.823	-
	<u>(40.630)</u>	<u>(37.007)</u>	<u>(34.078)</u>	<u>(452.830)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	(37.507)	37.507	(37.507)	37.507
Custo de transação e amortização do principal de empréstimo e debêntures	(3.126)	-	(18.468)	-
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	87.000	-	112.664	229.417
	<u>46.367</u>	<u>37.507</u>	<u>56.689</u>	<u>266.924</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos				
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa				
	<u>5.052</u>	<u>(563)</u>	<u>11.021</u>	<u>(200.887)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	136	699	11.143	212.030
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.188</u>	<u>136</u>	<u>22.164</u>	<u>11.143</u>
	<u>5.052</u>	<u>(563)</u>	<u>11.021</u>	<u>(200.887)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Babilônia Holding S.A. (Companhia ou Controladora ou Babilônia), também referida isoladamente ou em conjunto com suas controladas como Grupo, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo – SP. É um grupo controlado pela EDP Renováveis Brasil S.A (EDPR), constituída em 8 de dezembro de 2016, tem por objeto social a participação em outras sociedades, exploração do potencial de projetos eólico, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 11, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

As participações diretas detidas pela Companhia são as seguintes:

Empresas	Consolidação	% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Central Eólica Babilônia I (Babilônia I)	Integral	100,00%	-	100,00%	-
Central Eólica Babilônia II (Babilônia II)	Integral	100,00%	-	100,00%	-
Central Eólica Babilônia III (Babilônia III)	Integral	100,00%	-	100,00%	-
Central Eólica Babilônia IV (Babilônia IV)	Integral	100,00%	-	100,00%	-
Central Eólica Babilônia V (Babilônia V)	Integral	100,00%	-	100,00%	-

1.1 Autorizações dos Parques Eólicos Babilônias I, II, III, IV e V

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração:

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Autorização	
							Início	Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos da Santa Beatriz	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	15,40	13/07/2016	12/07/2051
Central Eólica Babilônia II	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	15,40	27/07/2016	26/07/2051
Central Eólica Babilônia III	Ventos de Santa Aurora	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	14,10	20/07/2016	19/07/2051
Central Eólica Babilônia IV	Ventos de Santa Emília	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	14,40	18/07/2019	17/07/2051
Central Eólica Babilônia V	Ventos do São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	14,50	20/07/2016	19/07/2051

A Companhia em 13 de novembro de 2015 vendeu 73,8 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio de cinco projetos de geração eólica: Ventos de Santa Aparecida, Ventos de Santa Aurora, Ventos de Santa Beatriz, Ventos de Santa Emília e Ventos de São Gabriel, localizados no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 140 MW.

- Em 14 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.598, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia V para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.714, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia I para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.713, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia II para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.712, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia III para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.711, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia IV para início de operação comercial.

2 Base de preparação

2.1 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de março de 2020.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

2.3.1 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamento	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios

Contratos de arrendamento CPC 06/IFRS16

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 – Leases; IFRIC 4 – Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Pelo fato de a desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por, conseqüência, o direito de exploração relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o

valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que a mesma seja contemplada na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A posição dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2019 está descrita na nota 10.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting

Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- Imobilizado: determinação do vida útil, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº12);
- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº17); e

5 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c. Investimento

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com as controladas e tem a habilidade de afetar seus retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual é de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

e. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i. Provisões

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k. Imposto de renda e contribuição social

Para as controladas Babilônia I, II, III, IV e V o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas

de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23.

1. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

- **Receita operacional líquida**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

- **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

n. Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 21.1.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Impairment

A partir de 1o de janeiro de 2018, para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Estrutura Conceitual: em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;

- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1o de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors": em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1o de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	46	-	3.050	3.105
Aplicações financeiras - renda fixa	5.142	136	19.114	8.038
Total	<u>5.188</u>	<u>136</u>	<u>22.164</u>	<u>11.143</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (20% do CDI em 2018).

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº22).

8 Concessionárias

A composição da conta concessionárias é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
CCEE (*)	1.925	2.824
CER (**)	23.397	20.674
Total	<u>25.322</u>	<u>23.498</u>
Não circulante		
CEAR (**)	83	-
Total	<u>25.405</u>	<u>23.498</u>

* Câmara de comercialização de energia elétrica ("CCEE")

** Contrato de energia de reserva ("CER")

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era composto pelos seguintes valores:
R\$1.924 (8%) para CCEE; R\$23.397 (92%) pelo contrato bilateral de suprimento de energia elétrica da Companhia com a CCEE e CER.

A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2019.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
A vender		
Até 60 dias	23.314	20.674
Mais de 60 dias	2.008	2.824
Mais de 360 dias	83	-
	25.405	23.498
 Total	 25.405	 23.498

Os contratos do CER, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, sobre a otica de quatro cenários, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante contrato	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Não gerar ressarcimento anual, e pode gerar ressarcimento quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD no mercado de curto prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

9 Impostos a compensar e a pagar

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2019	Compensações ativo / passivo	Saldo líquidos dos impostos	Saldo em 31/12/2019	Compensações ativo / passivo	Saldo líquidos dos impostos
Ativo - Compensáveis						
IRRF sobre aplicações financeiras	17	(2)	15	35	(35)	-
Total	17	(2)	15	35	(35)	-
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	1.277	(35)	1.242
ICMS sobre diferencial de alíquota	-	-	-	15	-	15
PIS e COFINS	1	(1)	-	374	-	374
ISS	-	-	-	14	-	14
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	1	(1)	-	161	-	161
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	-	-	-	6	-	6
Outros	-	-	-	25	-	25
Total	2	(2)	-	1.873	(35)	1.838

10 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

		Controladora			
		Ativo		Passivo	
Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento para futuro aumento de capital e dividendos a pagar					
AFAC	EDP Renováveis Brasil	-	-	-	37.507
AFAC	Babilônia I	-	6.662	-	-
AFAC	Babilônia II	-	7.959	-	-
AFAC	Babilônia III	-	10.631	-	-
AFAC	Babilônia IV	-	5.000	-	-
AFAC	Babilônia V	-	6.755	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia I	1.005	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia II	1.306	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia III	754	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia IV	703	-	-	-
Dividendos a pagar	Babilônia V	1.256	-	-	-
		5.024	37.007	-	37.507
		5.024	37.007	-	37.507

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Passivo		Despesas no exercício	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
					não auditado
Outras contas a pagar (circulante /não circulante)					
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	EDP Renováveis Brasil	580	12.216	(3.892)	(3.145)
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	EDP Energias do Brasil	75	-	(440)	-
		<u>655</u>	<u>12.216</u>	<u>(4.332)</u>	<u>(3.145)</u>
Adiantamento para futuro aumento AFAC	EDP Renováveis Brasil	-	37.507	-	-
		<u>-</u>	<u>37.507</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>655</u>	<u>49.723</u>	<u>(4.332)</u>	<u>(3.145)</u>

(a) **Compartilhamento de atividades e alocação de gastos**

A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. EDP Energias do Brasil fornece o serviço de operador de sistema dos parques eólicos das controladas.

10.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não possui pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Babilônia Holding S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A, através de compartilhamento de custos (nota 10).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado	
	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Cauções e depósitos vinculados debêntures	3.187	-
	<u>3.187</u>	<u>-</u>

	Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
	Cauções e depósitos vinculados empréstimos	30.998
	<u>30.998</u>	<u>-</u>

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e debêntures, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroatável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização.

A liberação dos depósitos vinculados está condicionada a comprovação financeira do financiamento, com a apresentação e comprovação da utilização dos fundos por parte da Companhia. A Companhia pretende concluir o processo de comprovação durante o 2º semestre de 2021, razão pela qual parte dos fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados como ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019.

O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$34.185 foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média a taxa média de 97% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco do Brasil visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

12 Investimentos

12.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2019	% participação	
						31/12/2019	31/12/2018
Investimentos							
Babilônia I	36.642	5.631	14.628	(1.005)	55.896	100%	100%
Babilônia II	35.866	6.554	15.527	(1.306)	56.641	100%	100%
Babilônia III	36.354	3.963	14.923	(754)	54.486	100%	100%
Babilônia IV	34.899	3.826	16.279	(703)	54.301	100%	100%
Babilônia V	35.549	5.964	16.280	(1.256)	56.537	100%	100%
Total	<u>179.310</u>	<u>25.938</u>	<u>77.637</u>	<u>(5.024)</u>	<u>277.861</u>		

12.2 Participação direta nos investimentos

Companhias	Ações (mil)		% participação				Passivos (Circulantes e Não circulantes)								Resultado do exercício	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019		31/12/2018		Ativos totais		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado do exercício			
	Ordinárias	Ordinárias	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Babilônia Holding																
Babilônia I	53.849	38.432	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	185.496	179.641	128.997	143.009	56.899	36.632	29.019	3.003	5.630	(373)
Babilônia II	53.721	37.288	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	185.954	180.677	128.008	144.811	57.947	35.866	29.700	2.871	6.554	(283)
Babilônia III	59.536	41.816	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	184.192	186.389	128.951	180.035	55.241	36.354	27.484	2.782	3.963	(373)
Babilônia IV	54.490	36.804	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	183.058	176.065	128.053	141.166	55.005	34.899	26.757	2.655	3.826	(523)
Babilônia V	53.668	36.795	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	183.765	176.341	125.971	140.791	57.793	35.550	29.102	3.339	5.964	113

13 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Máquinas e equipamentos	3,33%	876.747	(31.769)	844.978	876.680	(2.436)	874.244
Móveis e utensílios	20,00%	4	(1)	3	4		4
Total do Imobilizado em serviço		876.751	(31.769)	844.981	876.684	(2.436)	874.248
Imobilizado em curso							
Geração							
Total do Imobilizado em curso		-	-	-	-	-	174
Total do imobilizado		876.751	(31.769)	844.981	876.684	(2.436)	874.422

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2019
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Baixa	Depreciação	Transferencia	
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	874.244	5.716	(5.823)	(29.334)	174	844.978
Móveis e utensílios	4	-	-	(1)	-	3
Total do imobilizado em serviço	874.248	5.716	(5.823)	(29.335)	174	844.981
Total do Imobilizado em curso	174	-	-	-	(174)	-
Total do imobilizado	874.422	5.716	(5.823)	(29.335)	-	844.981

As Controladas, consideram ao calcular a depreciação do seu imobilizado, o limite de valor residual de R\$ 9.195, esse valor refere-se as sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque.

A Companhia efetuou a análise de existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Em decorrência da ausência dessa situação, a Companhia não realizou os testes de recuperabilidade para os seus ativos imobilizados.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de uso da rede elétrica		-	16	11
Materiais e serviços (*)	2	6	3.455	78.999
Total	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>3.546</u>	<u>79.010</u>

(*) A diminuição do saldo em 31 de dezembro de 2019 do circulante, se deu pelo pagamento aos fornecedores de ativo imobilizado para a finalização do parque eólico.

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente a materiais e serviços para manutenção do parque eólico.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado							
							31/12/2019			31/12/2018				
							Encargos	Principal		Encargos	Principal			Total
Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total							
Moeda nacional														
BNDDES	574.000	25/09/2017	588.906	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Principal e Juros mensais.	2.010	21.782	600.290	624.082	5.977	21.312	563.241	590.530
BNDDES - custo de transação						Amortização mensal	-	-	(4.319)	(4.319)	-	-	(4.435)	(4.435)
Total							<u>2.010</u>	<u>21.782</u>	<u>595.971</u>	<u>619.763</u>	<u>5.977</u>	<u>21.312</u>	<u>558.806</u>	<u>586.095</u>
							<u>2.010</u>	<u>21.782</u>	<u>595.971</u>	<u>619.763</u>	<u>5.977</u>	<u>21.312</u>	<u>558.806</u>	<u>586.095</u>

15.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado					Valor Líquido em 31/12/2019
	Valor Líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Principal	21.312	-	-	-	15.330	(14.860)
Juros	5.977	-	(29.555)	-	25.588	-
	<u>27.289</u>	<u>-</u>	<u>(29.555)</u>	<u>-</u>	<u>40.918</u>	<u>(14.860)</u>
						<u>23.792</u>
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Principal	563.241	25.664	-	52.303	(40.918)	-
Custo de Transação	(4.435)	(482)	-	597	1	-
	<u>558.806</u>	<u>25.182</u>	<u>-</u>	<u>52.900</u>	<u>(40.917)</u>	<u>-</u>
						<u>600.290</u>
						<u>(4.319)</u>
						<u>595.971</u>

15.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Vencimento	Tipo de moeda
	Nacional
Não circulante	
2021	23.533
2022	25.427
2023	27.474
2024	29.686
2025	32.075
2026 até 2031	254.609
2032 até 2035	207.486
Total	<u>600.290</u>

Em 25 de setembro de 2017 a Companhia finalizou a contratação junto ao BNDES do empréstimo, no valor total de R\$574.000. Esse empréstimo foi destinado à implementação do Parque Eólico Babilônia I, II, III, IV, V localizados no município de Morro do chapéu, estado da Bahia. A remuneração do empréstimo é de TJPL mais 2,48% ao ano. Os pagamentos do principal e juros são em 192 parcelas na data de vencimento, sendo que a primeira parcela, em 15 de junho de 2019, finalizando em 15 de maio de 2035. Em janeiro de 2019 tivemos a liberação no valor de R\$25.665. Em 31 de dezembro de 2019 o valor do empréstimo liberado é de R\$570.964, finalizando as liberações pelo BNDES.

15.4 Garantias contratuais

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

15.5 Covenants contratuais

Adicionalmente, a Companhia e suas controladoras ainda possuem determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais serão exigidas, anualmente, somente após o início das operações, que aconteceu à partir de 2018 (nota explicativa nº 1.1), abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3(três) vezes o valor mensal da ultima prestação do serviço de manutenção do aerogeradores;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;
- Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,20.

A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo das debêntures e encargos

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Controladora / Consolidado					
							31/12/2019			31/12/2018		
							Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
							Não circulante			Não circulante		
Circulante	Circulante		Circulante	Circulante								
Simplific Pavarini distribuidora de títulos e valores mobiliários.	87.000	1.000	87.000.000	15/06/2019	15/06/2019 a 15/11/2033	Implementação do Parque Eólico	838	87.000	87.838	-	-	-
(-) Custos de emissão							-	(2.950)	(2.950)	-	-	-
							838	84.050	84.888	-	-	-

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
Babilônia Holding					
1ª emissão	Série única	87.000	IPCA+ 4,2386%	27 parcelas semestrais e consecutivasm sendo que a 1ª parcela devida em 15 de novembro de 2020.	Ações das SPEs Babilônia I, II, III, IV e V, Aerogeradores, Dividendos, Conta garantia e depósito caução e garantia adicional fidejussória.

16.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em		Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em
	31/12/2018	Ingresso				31/12/2019
Curto Prazo						
Debêntures						
Juros	-	-	(1.421)	-	2.259	838
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.421)</u>	<u>-</u>	<u>2.259</u>	<u>838</u>
Longo Prazo						
Debêntures						
Principal	-	87.000	-	2.259	(2.259)	87.000
Custo de transação	-	(3.126)	-	176	-	(2.950)
	<u>-</u>	<u>83.874</u>	<u>-</u>	<u>2.435</u>	<u>(2.259)</u>	<u>84.050</u>

16.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Vencimento	Tipo de moeda
	Nacional
Não circulante	
2021	3.698
2022	435
2023	870
2024	1.740
2025	2.610
2025 até 2029	18.270
2030 até 2035	59.378
	<u>87.000</u>

17 Provisão para desmantelamento

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Desmantelamento	2.805	2.500
Total	<u>2.805</u>	<u>2.500</u>

A movimentação do desmobilização no exercício é a seguinte:

	Desmantelamento
Saldo em 31/12/2018	<u>2.500</u>
Adição	-
Reversão	-
Pagamento	-
Juros	305
Saldo em 31/12/2019	<u><u>2.805</u></u>

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Babilônia I, II, III, IV e V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico, conforme nota explicativa nº 19.1.1.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

18 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Credores diversos - concessionárias (a)	11.034	11.892
Outras	562	12.215
Total	<u><u>11.596</u></u>	<u><u>24.107</u></u>

- (a) O saldo de R\$11.034 no passivo (R\$11.892 no passivo em 31 de dezembro de 2018) na rubrica de credores diversos – concessionárias, refere-se ao ajuste anual e quadrienal do contrato de suprimento de energia elétrica com a CCEE (Nota explicativa nº8), atualizado pelo IGP-M, esse contrato tem a seguinte característica; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no

contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, o aumento no saldo se deu pela menor geração de energia devido ao vento conforme demonstrado na nota explicativa 19.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 totalmente integralizado é de R\$182.047(2018 R\$ 146.926). O capital social é composto de 160.993.043 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações Nominativas			
	31/12/2019	%	31/12/2018	%
EDP Renováveis Brasil S.A.	160.993.043	100	160.993.043	100
Total	160.993.043	100	160.993.043	100

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do período	23.259	-
Prejuízo acumulado anos anteriores	(2.107)	(2.107)
	21.152	(2.107)
Constituição de reserva legal 5% (i)	(1.057)	-
Prejuízo acumulado	20.095	-
Destinação do lucro	20.095	-
Dividendo mínimo obrigatório	5.024	-
Reserva de retenção de lucros (ii)	15.071	-

(i) **Reserva de lucros - legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 1.057 a título de reserva legal.

(ii) **Reserva de lucros - retenção de lucro**

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o montante de R\$15.071.

20 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia elétrica	147.445	15.236
Receita operacional bruta	147.445	15.236
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(5.382)	(556)
Receita operacional líquida	142.063	14.680
MWH - gerado / comercializado (não auditado)	671.253	80.388

21 Despesas operacionais

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Despesas operacionais		Despesas operacionais	
	Gerais e Adm	Total	Gerais e Adm	Total
Gerenciáveis				
Serviços de terceiros	369	369	-	-
Outras	69	69	73	73
	438	438	73	73
Total	438	438	73	73

	Consolidado								
	31/12/2019				31/12/2018				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total
Não gerenciáveis									
Encargos de uso da rede elétrica	6.076	-	-	6.076	3.141	-	-	-	3.141
	6.076	-	-	6.076	3.141	-	-	-	3.141
Gerenciáveis									
Serviços de terceiros	-	14.024	-	14.024	-	427	-	-	427
Compartilhamento de custo (Nota 7)	-	3.955	-	3.955	-	3.145	-	-	3.145
Depreciação	-	29.335	-	29.335	-	2.436	-	-	2.436
Aluguéis e arrendamentos	-	2.772	-	2.772	-	177	-	-	177
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	-	-	-	-	-	-	111	111
Outras	-	921	1.884	2.805	-	195	330	-	525
	-	51.007	1.884	52.891	-	6.380	330	111	6.821
Total	6.076	51.007	1.884	58.967	3.141	6.380	330	111	9.962

22 Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	275	5
	<u>275</u>	<u>5</u>
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos		
Encargos de dívidas	(2.259)	
Comissões sobre financiamento	(175)	
Outras despesas financeiras	(82)	(1)
	<u>(2.516)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(2.241)</u>	<u>4</u>

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	683	3.262
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis		15
(-) Juros capitalizados	-	(3.245)
Outras receitas financeiras	130	
	<u>813</u>	<u>32</u>
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(17)	(23)
Encargos de dívidas	(54.817)	(42.628)
Comissões sobre financiamento	(771)	-
Ajuste a valor presente	(306)	-
(-) Juros capitalizados	-	38.040
Outras despesas financeiras	(135)	(89)
	<u>(56.046)</u>	<u>(4.700)</u>
Total	<u>(55.233)</u>	<u>(4.668)</u>

23 Imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	23.259	23.259	(1.508)	(1.508)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	<u>(5.815)</u>	<u>(2.093)</u>	<u>377</u>	<u>136</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Resultados de equivalência patrimonial	6.485	2.334	(360)	(130)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(670)	(241)	(17)	(6)
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota Efetiva	0%	0%	0%	0%

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	27.864	27.864	(21)	(21)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	(6.966)	(2.508)	5	2
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outras	934	220	94	-
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(670)	(241)	(17)	(6)
Ajuste lucro presumido	2.985	1.641	(1.111)	(454)
Resultado de IRPJ e CSLL	(3.717)	(888)	(1.029)	(458)
Alíquota Efetiva	-13%	-3%	4899%	2181%

Para as controladas Babilônia I, II, III, IV e V o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

24 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração de sua controladora e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e

operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração, descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2019 permanecem válidas para essas demonstrações financeiras, estando divulgadas na nota explicativa 5.n daquelas demonstrações financeiras.

	Nota	Categoria	Níveis	Controladora		Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	custo amortizado	Nível 2	46	-	3.050	3.105
Caixa e equivalentes de caixa	7	custo amortizado	Nível 2	5.142	136	19.114	8.038
Cauções e depósitos vinculados	11	custo amortizado	Nível 2	-	-	-	-
Concessionárias	8	custo amortizado	Nível 1	-	-	25.405	23.498
				5.188	136	47.569	34.641
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	13	custo amortizado	Nível 1	2	6	3.546	79.009
Empréstimos e financiamentos	14	custo amortizado	Nível 2	-	-	23.792	27.289
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	custo amortizado	Nível 2	-	-	595.972	558.806
Outras contas a pagar	16	custo amortizado	Nível 1	-	-	562	12.215
				2	6	623.872	677.319

Mensuração

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNDES e debêntures, não foram marcados a mercado por se trata de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

		Consolidado	
		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituição financeira			
BNDES	Nível 2	619.764	619.764
Debêntures	Nível 2	84.888	84.888
Total		704.652	704.652

(iii) Nível 3 . Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

24.2 Risco de juros

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 11, possuem como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2019 (CDI 6,35% a.a., TJLP 5,95% a.a.; IPCA 3,22% aa.);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução /elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras CDB (*)	CDI	19.114	1.107	1.383	1.660
Caução e depósito vinculado (*)	CDI	34.184	2.632	2.453	2.945
Subtotal		53.298	3.739	3.837	4.605
Passivo Financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	TJLP+2,48%	(365.883)	(29.454)	(37.117)	(44.755)
Empréstimos e financiamentos Debêntures	IPCA+4,2386	(87.000)	(7.004)	(8.754)	(10.505)
Subtotal		(365.883)	(29.454)	(37.117)	(44.755)
Variação		(312.585)	(25.714)	(33.280)	(40.150)

(*) As aplicações financeiras CDB e caução e depósitos vinculados tem uma remuneração média de 20% do CDI (a.a.)

24.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa nº 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos “covenants” quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 11. Até 31 de dezembro de 2019 todos os “covenants” quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter uma reserva especial, a Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº4) e Concessionárias (nota explicativa nº5). A Companhia em 31 de dezembro de 2019 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 19.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos

contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de “empréstimos e financiamentos” e “provisões” estão considerados os fluxos de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 12. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Consolidado						
	Valor contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos Financeiros							
Fornecedores	3.546	(3.546)	-	(3.546)	-	-	-
Debêntures							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	619.764	(683.246)	(6.512)	(19.536)	(53.601)	(97.695)	(505.903)
Debêntures	84.164	(93.810)	-	(320)	(4.441)	(5.609)	(83.440)
Provisão para desmantelamento	2.805	(78.695)	-	-	-	-	(78.695)
Total	710.279	(859.297)	(6.512)	(23.402)	(58.042)	(103.304)	(668.038)

24.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de “Caixa e equivalente de caixa, Concessionárias”.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2019 é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalente de caixa	5.142	136	22.119	11.143
Concessionárias	-	-	25.321	21.944
Caução e depósitos vinculados	-	-	34.184	-
Total da exposição	5.142	136	81.624	33.087

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia e suas controladas e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia e suas controladas tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

25 Compromissos contratuais e Garantias

		Controladora				
		31/12/2019				
		Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Obrigações de compra		20	20	-	-	-
		<u>20</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		Consolidado				
		31/12/2019				
		Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais		749.650	11.600	25.100	33.600	679.350
Obrigações de compra		12.722	5.868	3.082	1.897	1.875
		<u>762.372</u>	<u>17.468</u>	<u>28.182</u>	<u>35.497</u>	<u>681.225</u>

25.1.1 Responsabilidades com locações operacionais

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 35 anos e poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA.

25.1.2 Obrigação de compra

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

25.1.3 **Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado**

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de dezembro 2035. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

25.2 **Garantias**

<u>Tipo de garantia oferecida</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Penhor de Ações (a)	87.405	116.575
Seguro garantia (b)	900	6.440
Fiança Bancária (c)	171	171

- (a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.
- (b) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.
- (c) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

26 **Meio ambiente**

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

27 **Provisão para risco trabalhista, tributário, cíveis e depósitos judiciais**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo o desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Em 31 de Dezembro de 2019 a Companhia não apresentou provisão para riscos trabalhistas, tributárias, cíveis e depósitos judiciais, por não ter conhecimento de processos judiciais e procedimentos administrativos classificados com provável.

Contingências ativas e passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perda possível, em 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Cíveis	9	14	-	-
Total	<u>9</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- a) As principais ações versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais.

28 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado 31/12/2019
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	630.000
Responsabilidade Civil	Geral	56.000

29 Eventos subsequentes

Troca do controle acionário.

A EDP Renováveis do Brasil S.A. controladora final do complexo Babilônia, anunciou que assinou um Contrato de Compra e Venda com uma afiliada da Actis, um investidor privado em mercados em crescimento, para vender a totalidade da participação acionária num projeto eólico em terra operacional com 137 MW de capacidade instalada, para um total de aproximadamente R \$ 650 milhões (valor patrimonial, sujeito a ajustes habituais de fechamento).

O complexo eólico Babilônia de 137 MW está localizado no estado da Bahia, Brasil, e está em operação desde o 4T18. O projeto, totalmente detido pela EDPR, recebeu um PPA de 20 anos no leilão LER 2015.

Em 11 de fevereiro de 2020 a EDPR concluiu a transferência de controle acionario das suas controladas do complexo Babilônia para uma afiliada da Actis.

COVID - 19 – Coronavírus –Impactos para a Companhia

A Companhia e suas controladas implementaram desde fevereiro de 2020 um comitê interno do COVID-19 para organizar e apoiar as controladas em relação às consequências do alastramento da pandemia no Brasil, além de analisar de forma contínua a adoção de medidas necessárias para a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. As primeiras ações foram diretamente direcionadas à saúde e segurança dos funcionários e das comunidades localizadas nas suas zonas de influência. Foi efetuado treinamento e disponibilização de recursos voltados a prevenir a disseminação do COVID-19 além destas medidas iniciais, foram restringidas as viagens nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas aos parques, adoção de home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia e suas controladas estão monitorando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível antecipar efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica no país. Destacamos que a receita da Companhia vem integralmente do mercado de energia regulado na modalidade contrato de energia de reserva não tendo exposição ao mercado livre de energia.

* * *

Davi Carvalho Mota
Diretor Presidente

Bruno Marques de Moraes
Diretor

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/0-5